

## Bolsonaro vai à PGR após ação contra Moraes cair no STF



Ministro Dias Toffoli, em sessão plenária no STF Nelson J. - 10 Jun. 20/STF

# Toffoli rejeita ação contra Moraes; Bolsonaro aciona PGR e mantém ofensiva

Presidente mantém a estratégia de ataques contra o ministro do STF em meio ao tensionamento entre os três Poderes em Brasília

José Marques, Marcelo Rocha e Matheus Teixeira

BRASÍLIA. O ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), negou nesta quarta-feira (18) dar prosseguimento à ação do presidente Jair Bolsonaro (PL) contra o ministro Alexandre de Moraes sob alegação de abuso de autoridade. Toffoli disse que os fatos descritos "não trazem indícios, ainda que mínimos, de materialidade delitiva, não havendo nenhuma possibilidade de enquadrar as condutas imputadas em qualquer das figuras típicas apontadas".

A decisão do ministro do STF foi seguida de nova investida de Bolsonaro em meio ao tensionamento entre os Poderes.

O presidente apresentou uma representação contra Moraes na PGR (Procuradoria-Geral da República), em ação similar à rejeitada por Toffoli.

Com isso, Bolsonaro obrigará o órgão comandado pelo procurador geral da República, Augusto Aras, a se manifestar sobre o assunto. A PGR não foi consultada previamente por Toffoli sobre as alegações do presidente.

Moraes é relator de inquéritos que têm como alvo Bolsonaro e seus aliados. O presidente afirma que o magistrado tem realizado ataques à democracia e desrespeitado direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição.

Nas últimas semanas, Bolsonaro fez diversas insinuações golpistas em relação ao sistema eleitoral brasileiro, enquanto ministros do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e do Supremo deram respostas duras às ilações do chefe do Executivo.

Ao negar o prosseguimento da notícia-crime apresentada no dia anterior por Bolsonaro contra Moraes, Toffoli disse que o simples fato de o ministro do STF ser relator de inquérito sobre o presidente "não é motivo para se concluir que teria algum interesse específico, tratando-se de regular exercício da jurisdição".

A decisão de Toffoli foi enviada para ciência do gabinete

da vice-procuradora-geral da República, Lindórea Araújo, uma das principais auxiliares de Aras.

O processo agora rejeitado no STF deverá ser usado politicamente por Bolsonaro, que tem feito ataques reiterados ao Supremo.

Para embasar as críticas a Moraes, o presidente cita, em texto que enviou a correligionários, a "injustificada investigação no inquérito das fake news, quer pelo seu exagerado prazo quer pela ausência de fato ilícito".

"Mesmo após a PF ter concluído que o presidente da República não cometeu crime em sua live, sobre as urnas eletrônicas, o ministro insiste em mantê-lo como investigado", diz o texto.

Bolsonaro também afirma que Moraes decretou "contra investigados medidas não previstas no Código de Processo Penal, contrariando o Marco Civil da Internet". E diz ainda que o inquérito das fake news "não respeita o contraditório" e não permite que advogados tenham acesso aos autos.

Em sua decisão, Toffoli destacou que recursos contra atos praticados por ministros do Supremo nos inquéritos ou nas ações penais são apreciados pelos 11 integrantes da corte.

De acordo com ele, o colegiado de ministros "já teve a oportunidade de se debruçar sobre algumas das questões aqui ventiladas, não se podendo admitir que a 'notícia-crime' seja utilizada como sucedâneo de recurso ou como maneira de se ressuscitar questões já apreciadas e sedimentadas por esta Suprema Corte".

Namanhá desta quarta, tanto o presidente do Supremo, Luiz Fux, quanto o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Edson Fachin, já haviam defendido Moraes.

Fux disse que o inquérito que investiga Bolsonaro está em "ótimas mãos" sob a condução de Moraes.

Ele criticou o que chama de "ataques gratuitos" à corte e disse que o Supremo "não sai da sua cadeira" para julgar questões políticas ou morais.

**INQUÉRITO ESTÁ EM ÓTIMAS MÃOS. DIZ FUX**

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, disse nesta quarta (18) que o inquérito que investiga o presidente Jair Bolsonaro (PL) está em "ótimas mãos" sob a condução do ministro Alexandre de Moraes.

Fux fez o discurso um dia após Bolsonaro apresentar ação contra Moraes sob alegação de abuso de autoridade e que, nesta quarta, foi rejeitada pelo ministro Dias Toffoli. Ao lado do presidente da corte, no mesmo evento, estava o próprio Moraes.

A atuação de Moraes também foi elogiada pelo presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Edson Fachin.

"A judicialização da política nada mais é do que os políticos provocando a judicialização", disse. "A criminalização da política é o Supremo instado a decidir crimes praticados por políticos."

Fachin, que discursou logo após Fux, dirigiu a Moraes "palavra de reconhecimento e de respeito, por ser, como devem ser os juízes, intemorato a quaisquer atos ou ataques".

"Meus cumprimentos, ministro Alexandre de Moraes, pela vossa dedicação à causa pública e às causas da verdadeira república", acrescentou Fachin.

Bolsonaro já havia apresentado um pedido de impeachment contra Moraes no Senado Federal. O presidente da Casa legislativa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), arquivou o pedido de impeachment sem submetê-lo ao plenário.

Na ocasião, o chefe do Executivo também havia solicitado o afastamento de Moraes de qualquer função pública por oito anos.

A formalização do pedido de impeachment ocorreu em agosto do ano passado, no dia em que a Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços do cantor Sérgio Reis e do deputado Ottoni de Paula (PSC-RI), aliados do presidente.

Segundo pessoas do entorno de Bolsonaro, as ofensivas do presidente contra Moraes, no campo político e jurídico, devem continuar. Em especial, porque isso agrega sua base de apoiadores e evita destaque a problemas que o governo não tem conseguido contornar, como a alta inflação.

Segundo auxiliares, ele deve seguir atacando Moraes, mas "dentro das quatro linhas da Constituição", como gosta de dizer o próprio presidente. Por isso, diz um interlocutor, que ele não publicou em suas redes sociais, nem seus filhos, como de hábito.

A medida pegou integrantes do primeiro escalão do governo e da campanha de surpresa. O advogado que protocolou as ações, Eduardo Reis Magalhães, é também desconhecido em Brasília.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

**Seção:** Política **Caderno:** A **Página:** 4